



Clima de festa na posse do governador LHS e vice Pinho Moreira

No primeiro dia do ano, caravanas vindas de todo o Estado estiveram na Capital para prestigiar a cerimônia de posse do novo governador do Estado de Santa Catarina

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Com a presença de aproximadamente 3 mil pessoas, entre lideranças políticas de todo o Estado, autoridades, familiares, parceiros de campanha e num clima bastante festivo, o presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), deu posse ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira. O evento aconteceu no auditório do Centro de Convenções de Florianópolis (Centrosul) na noite do dia 1º, em sessão solene, iniciada às 19 horas.

Em discurso, Luiz Henrique expôs as metas que pretende alcançar em seus quatro anos de governo, deixando claro que sem a reforma que tramita na Assembléia o chamado *Plano 15* (programa de governo) fica sem sustentação.

Durante a solenidade muitas foram as homenagens. O coral do Colégio Imaculada Conceição, da Capital, deu início às apresentações culturais com a música *Certos Amigos*. A filha de LHS, Márcia Mell, cantora profissional, apresentou duas músicas. Uma delas, *Canto de Praia*, composta em parceria com o próprio governador e seus amigos Paulo Davi e José Barcellos Mello. Alunos da Escola de Teatro Bolshoi, de Joinville, mostraram coreografias.

Página 4



Emoção e muita alegria na posse do novo governo



Parlamentares presentes

Reforma administrativa na AL

O governador LHS deu início à convocação extraordinária da Assembléia, com a apresentação no dia 7, do pacote da reforma administrativa do Estado.

No dia seguinte esteve na Casa novamente, onde explicou aos parlamentares as razões para tantas alterações na estrutura do Estado.

Conheça as modificações propostas na página 5

Relator antecipa mudanças

A proposta de reestruturação do Estado passa pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviços Públicos no dia 20, a partir das 10 horas. O relator na CCJ, deputado Afrânio Boppré (PT), antecipou em coletiva no dia 16 algumas das modificações encaminhadas por parlamentares e bancadas em um total de 121 emendas. A maioria, que será substituída por uma única de sua autoria, diz respeito aos municípios sede das 28 secretarias regionais pretendidas pelo Executivo. Boppré vai suprimir a definição, deixando a cargo de normatização posterior do governador.



O total de regionais proposto também é objeto de emenda do relator, que pretende reduzi-las para 21. Para a relatoria na Finanças e na Comissão de Trabalho, foram designados os deputados Júlio Garcia (PFL) e Jaime Mantelli (PDT), respectivamente. O projeto está programado para ser votado em plenário no dia 21, à tarde.

Entrevista com o relator na página 7

Aproximando objetivos

A máxima do cristianismo – *amar ao próximo como a si mesmo* –, lembrado pelo padre Wilson Gron em entrevista ao *AL Notícias* para o “Comunidade” desta edição, é o que fundamenta, em última análise e numa frase, a existência desta seção inaugurada com o lançamento da primeira edição do veículo de comunicação imprensa do Poder Legislativo, depois de sua reformulação gráfica e editorial. Se para alguns a citação pode soar como apelo piegas ou um atalho que estimula à prática demagógica - incapaz de dar sustentação técnica e editorial ao espaço privilegiado do Jornal -, a ampliação e complexidade do leque de responsabilidades e atribuições dos legisladores, resultantes da consolidação da democracia brasileira, satisfazem a raciocínios menos afeitos à simplicidade.

Com uma gama cada vez maior de atribuições e na qualidade de homens públicos, representantes do povo, os parlamentares catarinenses têm neste espaço um poderoso aliado na execução de suas múltiplas e difíceis tarefas. Na dinâmica destas tarefas, o papel essencial da Divisão de Imprensa da Assembléia é servir de instrumento de trabalho aos parlamentares, o que implica em aproximar os diversos segmentos da sociedade do seu dia-a-dia, contribuindo para o necessário aperfeiçoamento, ou implementação, de mecanismos que ajudem na melhoria da qualidade de vida de todos. Cada instrumento de informação que abra canal de diálogo com a sociedade, principalmente com aqueles que estão sem voz e sem amparo, pode representar a possibilidade de vivência dos deputados, mesmo que indireta, de problemas que maculam os princípios democráticos.

O trabalho de explícita solidariedade praticado por pessoas anônimas, como a secretária Ana Cristina Bittencourt, que criou o Grêmio Recreativo União do Mototó, tema do “Comunidade” da edição 113, ou da assistente social Sonita Santos, idealizadora e fundadora da ONG da Praia do Campeche, abordada na edição 112 - primeiro número do novo *AL Notí-*

cias -, mostra o esforço que a sociedade está empreendendo para a inclusão de milhares de brasileiros na categoria de cidadãos. Trazer para as páginas do veículo institucional do Parlamento a voz destas pessoas e organizações não oficiais, as dificuldades e os resultados de seu trabalho – que sempre envolvem outras dezenas de anônimos – é estabelecer uma “linha direta” entre eles e os legisladores, inspirando e permitindo ações efetivas na busca da solução dos problemas.

Mais do que abordar problemas, que em suas generalidades são de conhecimento de todos, o espaço mostra que as pessoas estão dispostas a mudar o quadro atual; explicita a vontade da sociedade e sua capacidade para tanto. São iniciativas vitoriosas em essência, pelo despreendimento com que são conduzidas. Por isso, as matérias dessa seção têm também um caráter inspirador, pois são capazes de sugerir soluções simples neste processo de busca pelo fim das desigualdades e ampliação de oportunidades. A determinação que move simples cidadãos, sem cargo público, sem remuneração e sem projeto político, em fazer a sua parte na mudança que os novos tempos exigem, lutando pelo bem estar de “desconhecidos” e “esquecidos”, traz esperança. Uma esperança sustentada em possibilidades reais.

O “Comunidade”, ainda com ares de recém-nascido, muito em breve vai começar a caminhar por todo o estado, buscando trazer para perto dos deputados o que mais aflige a sociedade, a organização de que é capaz, colocando nas mãos dos legisladores matéria-prima essencial para o desenvolvimento de suas atividades. Questões como o grave problema que envolve as terras indígenas e os agricultores, no Oeste; as ações de organizações não-governamentais na luta pela preservação ambiental, fundamental para a qualidade de vida almejada por todos, são exemplos do que ainda será abordado no espaço dedicado às comunidades. Esta a contribuição, resultado das próprias obrigações que competem à Divisão de Imprensa deste Poder, que a página 8 do *AL Notícias* está empenhada em dar.

■ Pergunte ao deputado ■

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

Deputado Narcizo Parisotto (PTB), gostaria de saber de quanto foi o aumento no salário dos deputados estaduais e o que o senhor acha desse aumento, sendo que a maioria dos eleitores estão sem receber reajuste há mais de oito anos?

José Carlos Vieira- Florianópolis

Resposta- O reajuste aos deputados estaduais se dará porque a Câmara Federal aprovou aumento para os deputados federais e a lei prevê que tenhamos como salário 75% do que eles recebem. Não foi iniciativa dos parlamentares catarinenses. Defendo é que realizemos pressão política com os representantes em Brasília, para que as medidas que possibilitem aumento na salário mínimo, como a reforma na Previdência, efetivamente aconteçam. O impacto que um reajuste no mínimo causa na previdência é um dos argumentos mais fortes para protelar esta decisão. Com o equilíbrio das contas públicas isso será possível.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

À Redação

Excelente a entrevista com o Ricardo Barreto publicada na edição 112 do *AL Notícias*. Ele toca em pontos que interessam a todos os jornalistas e, por isso, gostaria de poder reproduzi-la no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina (SJSC).

A entrevista está publicada em algum site? Não consegui encontrar nada no site da Alesc. Caso ela não esteja publicada na web, haveria possibilidade de vocês me enviarem o texto por e-mail?

Aproveito para também parabenizá-los pela transformação gráfica (e, quiçá, editorial) do jornal da Alesc. Ganhou vida, melhorou bastante. A qualidade de impressão das fotos talvez possa ganhar um cuidado maior, mas isso são detalhes que podem ser acertados no caminho.

Silvio da Costa Pereira
Ass. Imprensa SJSC

Nota da Redação

O *AL Notícias*, em breve, estará disponível na página da Assembléia. O sistema está sendo adequado para receber o Jornal na íntegra, com fotos. A previsão é de que até março, quando começará a circular semanalmente, esteja disponível via Internet.

Sou estudante do curso de Ciências Políticas, da Univali, Campus VII, em São José (SC).

Preocupada com as questões sociais, políticas e econômicas do País, me sinto gratificada em poder ler (mesmo que emprestado) o Jornal da Assembléia Legislativa do nosso Estado, onde, além das questões rotineiras do Poder, estão sendo abordados temas de relevância social.

Parabenizo toda a equipe de produção do *AL Notícias* e aproveito o momento para solicitar o recebimento do mesmo em minha residência.

Desde já agradeço e aguardo!

Carlisle Bertolini
Fpolis/SC.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Eduardo Rocha, Ilson Chaves, João Batista Ramos, Jonas Lemos Campos, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira e Samir Machado

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretor: Samir Machado

Coordenador de Imprensa: Jonas Lemos Campos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Marise Ortiga

Redatores: Cleide Winckler, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Ana Paula Moreira, Andréa Leonora, Carlos Agne, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Estevão Derech, Fabiana Henrique, Felipe Damo, Felipe Nunes, Jandyr Côrte Real, João Carlos Godoy, Linete Martins, Luciano de Carvalho Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Manoel Borges, Marco Zanfra, Marcelo Santos, Maria Ivonete Lessa, Martha Curial, Meliza Godoy, Milton Alves, Nara Cordeiro, Regina Zandomênicó e Terezinha Silva

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos e Stela Martins

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Solon Soares

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Artes Gráficas Riosul

Deputado Ivan Ranzolin é homenageado na Assembléia

Tatiana Kinoshita

Depois de 24 anos ininterruptos, atuando no Legislativo estadual, o deputado Ivan Ranzolin (PPB), eleito deputado federal no último pleito, foi homenageado terça-feira, 14, com uma sessão solene, conduzida pelo presidente da Casa, Onofre Santo Agostini (PFL). Compuseram a mesa o presidente do Tribunal de Justiça, Antônio do Amaral e Silva, presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Jr, Procurador Geral de Justiça, José Alberton, o vice-presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Francisco Appio e o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, representando o governador. Ex e atuais colegas de parlamento, além dos familiares de Ranzolin, também marcaram presença.

O deputado Sandro Tarzan (PPB) abriu as homenagens lendo o extenso currículo do homenageado. Nestes anos o advogado lageano participou de momentos que entraram para a história do parlamento catarinense. Entre suas conquistas estão a construção da BR-282, que inúmeros benefícios trouxe para a serra catarinense, incluindo Lages, sua cidade natal. Um vídeo produzido pela TVAL, mostrou seu longo caminho na política catarinense.

Música e prosa também fizeram par-

te das homenagens. A cantora mirim Barbara Magro e a família Paganini, que cantaram canções italianas que emocionaram Ranzolin, assim como os trovadores Viviane Antunes e Getúlio Borges da Silva, que interpretaram prosas do tradicionalismo gaúcho.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) destacou a carreira política do homenageado, lembrando que ele se tornou, ao longo dos anos, um exemplo a ser seguido pelos novos deputados.

Seu colega de partido, Milton Sander, frisou que em 24 anos de assembléia Ivan Ranzolin conquistou diversos adversários políticos, porém nenhum inimigo. "Nosso parlamento perde com sua saída, entretanto a Câmara Federal ganha com a ida de um dos mais brilhantes políticos do sul do país", afirmou Sander.

Ranzolin agradeceu todas as homenagens e exaltou todas as qualidades de Santa Catarina. "Não é difícil ser político em um estado que nos dá armas para lutar a seu favor. Pretendo continuar trabalhando arduamente em Brasília para que Santa Catarina esteja sempre no topo da qualidade de vida de todo país", comentou, após agradecer a família e todos os seus amigos ao longo de sua vida como parlamentar.



Deputado Ivan Ranzolin e familiares durante a homenagem

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Valdir Cobalchini assume cadeira na AL

Em substituição ao deputado Moacir Sopelsa (PMDB), responsável pela pasta que vai cuidar dos assuntos da agricultura em Santa Catarina, assumiu a cadeira na Casa, até o dia 1º de fevereiro, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB). Definindo o momento como histórico para o Estado pela reformulação administrativa proposta

por Luiz Henrique, ele afirmou que o modelo de ação do governo estava se mostrando superado. "A Assembléia tem a oportunidade de mudar a estrutura arcaica do Estado, proporcionando, com as secretarias regionais, o crescimento da economia e um maior equilíbrio entre as regiões", concluiu o parlamentar. (RV)



Deputado Valdir Cobalchini na tribuna

(foto Solon Soares)

Knaesel anuncia saída do PPB

Em discurso da tribuna no dia 14, o deputado Gilmar Knaesel anunciou oficialmente seu desligamento do PPB, partido ao qual pertenceu nos últimos 18 anos.

"O PPB foi minha escola, foi onde entrei e desenvolvi minha vida pública. Estou me desligando do partido, mas não dos amigos e das pessoas com quem tenho convivido nos últimos anos e que me ensinaram muito, como o ex-deputado Gilson dos Santos. Saio para trabalhar um projeto político para o qual não houve espaço no PPB", resumiu o parlamentar. Knaesel vai permanecer sem filiação partidária pelos próximos meses, conforme disse em seu discurso e reafirmou em coletiva à imprensa logo depois.

Os convites já feitos por outras legendas foram reafirmados nos discursos feitos pelo líder do governo, Herneus de Nadal (PMDB), e seus correligionários, João Henrique Blasi, Manoel Mota e Adelar Vieira, por Jorginho Mello, líder da bancada do PSDB, partido que encabeça a lista das opções do agora ex-pepista. "Fui procurado por praticamente todas as legendas. PSDB, PTB, PFL e até mesmo PDT. Mas, ainda não decidi".

Ex-presidente da Assembléia, de 99 a 2001, Knaesel foi convidado



Deputado Knaesel

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

pelo governador Luiz Henrique da Silveira a integrar o secretariado, ocupando a nova pasta denominada Secretaria de Organização do Lazer. "Quero deixar claro que minha saída do PPB nada tem a ver com este convite. Sempre fui leal ao meu partido. Todos aqui sabem que há dois anos venho pensando em mudar de legenda", ressaltou. Seu nome também tem sido cogitado para a disputa pela presidência da Assembléia, cuja eleição acontece no dia 1º. "As três coisas são motivadoras. Uma experiência no Executivo que ainda não tenho, a presidência da Assembléia e manter-me atuando apenas como parlamentar. Isto vou decidir até o dia 1º", concluiu. (MMV)

Assembléia dá posse a governador e vice

Rubens Vargas

O auditório do Centro de Convenções de Florianópolis (Centrosul) ficou lotado na noite do dia 1º para a sessão solene, iniciada às 19 horas, que deu posse ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira. O presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu os trabalhos nominando os líderes partidários e as autori-

dades que integraram a mesa. Entre elas, o arcebispo metropolitano de Florianópolis, Dom Murilo Krüeger, o Procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio do Amaral e Silva, o senador Casildo Maldaner, o reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz, o presidente do TRE/SC, Anselmo Cereello, o 1º secretário da Mesa Diretora, deputado Gelson Sorgato (PMDB), e o presidente do Tribunal de Contas, Sa-

lomão Ribas Júnior.

Sorgato leu o termo de posse dos seus colegas de partido, que fizeram o juramento e foram, em seguida, empossados por Onofre Agostini. O parlamentar colocou o Poder à disposição dos novos mandatários do Executivo catarinense e fez um pedido em nome da sua região. "Curitibanos tem sofrido grandes injustiças, desde a Guerra do Contestado e a Guerra dos Fanáticos, onde morreram mais de 10 mil catarinenses. Com o processo de descentralização anunciado pelo novo governo, peço para que crie na minha terra uma secretaria regional", desabafou Onofre, oficializando a seus pares a convocação extraordinária, solicitada por Luiz Henrique, que iniciou no dia 7 de janeiro.

Depois da posse, o governador ainda permaneceu no auditório do Centrosul para assistir a apresentações de música e dança. Por volta das 22h, seguiu para o Palácio Santa Cata-



Vice durante seu juramento

rina, sede do Executivo, onde aconteceu a transmissão de cargo pelo ex-governador Esperidião Amin em cerimônia que lotou o pequeno auditório.



Governador assina livro de posse

Descentralização é essencial para o sucesso do programa

Mirela Maria Vieira

Num discurso em que não faltaram improvisos rememorando e detalhando ações que serviam de exemplo para seus compromissos de governo, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) deixou claro que sem a reforma que tramita na Assembléia o chamado "Plano 15" (programa de governo) fica sem sustentação. Relembrando a "reengenharia governamental" embutida na reestruturação promovida por Celso Ramos, no início de 60, o governador enfatizou o papel do parlamento catarinense neste processo. O discurso, proferido logo após o juramento e a assinatura do termo de posse, iniciou por volta das 19h30.

Durante cerca de 40 minutos, Luiz Henrique expôs as metas que pretende alcançar em seus quatro anos de governo - citando, em vários momentos, pensadores contemporâneos, poetas e ícones da literatura erudita, como Alain Peyrefitte, Domenico de Masi, Miguel de Cervantes, e Schiller, e a experiência de projetos vitoriosos em Joinville, cidade da qual foi prefeito por duas vezes. "Mudaremos o foco de atuação do governo estadual, que se dedicará às grandes políticas e reivindicações do Estado. Enquanto o prefeito



Governador LHS em pronunciamento

constrói a escola ou a delegacia de polícia e o secretário regional celebra convênios e fiscaliza, o governador dedicar-se-á a obter, do governo federal, soluções para problemas que asfixiam nosso crescimento, como a conclusão da rodovia 282, as duplicações da 470 e do trecho Sul da BR-101; a finalização da Barragem do São Bento; a equalização do preço do gás natural; a reestudualização do Besc; a contratação

do Prodetur Sul e do microbacias; o relacionamento com a Caixa, o Banco do Brasil, o BNDES, o Bid, o Bird e outras agências nacionais e internacionais", listou o governador. A execução do plano, salientou, está vinculada à substituição da "estrutura de poder exclusivista, personalista e concentradora, pela participação, descentralização, distribuição e delegação de tarefas".

Elegendo a educação como prioridade, o novo governo pretende apostar na inovação com base tecnológica. Estimular a agricultura familiar e implementar um programa de saúde que atenda às reais necessidades das cidades distantes do litoral, são as bases para conter o êxodo rural e, conseqüentemente, a violência. Programas de incentivo à criação de estruturas de lazer, abrindo caminho para desenvolver o turismo em todas as suas variações, tanto nos ambientes rurais quanto urbanos, somados a utilização concomitante de leis e programas de incentivo à cultura, formam a base na geração de empregos do novo governo.

Reiterou ainda, total apoio aos programas do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, acrescentando que confia na efetivação das reformas tributária, política e fiscal pelo Congresso Nacional. Depois de assinalar que alcançou o mandato popular mais importante de seus 36 anos de vida pública e onze eleições, Luiz Henrique disse que vai "governar para todos". "Minha missão agora é governar para todos, sem exceção, mesmo para os injustos e desleais, pois sempre fiz questão de seguir a lição de Schiller, para quem "a mais divina das vitórias é o perdão", finalizou.

Deputados analisam reestruturação administrativa

O projeto de reforma administrativa do Estado foi entregue pelo governador Luiz Henrique da Silveira ao presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), no dia 7, às 14 horas, dando início à convocação extraordinária. Acompanhado do vice, Eduardo Pinho Moreira, de secretários e assessores, e na presença de parlamentares de diversos partidos, o governador enumerou aspectos da descentralização do governo, citando as 28 cidades mapeadas para sediar as secretarias regionais.

Segundo ele, três objetivos nortearam a adoção das medidas propostas: reequilibrar o desenvolvimento econômico catarinense com o fortalecimento das regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); aproximar governo e cidadão; e sustar o êxodo rural



Presidente Onofre recebe projeto de reforma

e a litoralização, responsáveis, na ótica do governador, pelo aumento do número de favelas e da criminalidade em cidades turísticas como Florianópolis. Os prefeitos de cada região, empresários e trabalhadores integrarão os Conselhos de Desenvolvimento das secretarias regionais. Os secretários e seus adjuntos, e gerentes das áreas governamentais deverão passar por treinamento e capacitação para melhor gerir os trabalhos.

A proposta original prevê ainda a extinção de empresas de economia mista como a Santur, Epagri, Cidasc, Ceasa, Codesc e Cohab, que passariam a funcionar como agências de desenvolvimento. Extinção, fusão, e a criação de novas secretarias de Estado também estão previstas na reforma. **(Confira no quadro)**. (RV)

Governador explica projeto

Scheila Dziedzic

A proposta de reengenharia na estrutura administrativa do Estado encaminhadas através de duas leis complementares foi detalhada aos deputados na manhã do dia 8, no plenário, pelo próprio governador Luiz Henrique da Silveira.

Ele lembrou aos parlamentares que em sua administração (1960/64), o governador Celso Ramos, tomou a mesma iniciativa mas, passados 40 anos, o processo de descentralização acabou se esvaziando e perdendo o objetivo. Citou como exemplos: o Besc que se transformou em um banco comercial; a Udesc que concentrou seus campus em torno do litoral, o Badesc que acabou não se capilarizando por todo o estado; e a secretaria dos Negócios do Oeste. Situações que, salientou, culminaram com forte pressão migratória para as grandes cidades, gerando desemprego, a favelização e a crescente

Reequilíbrio sócio-econômico e qualidade de vida

A proposta de descentralização prevê transformar Florianópolis em uma grande alavanca para o desenvolvimento do turismo, transferindo a responsabilidade por decisões e execuções das obras conveniadas ou delegadas pelo Executivo às secretarias regionais. "A reestruturação vai redemocratizar as ações

lizado é exigência constitucional inserida na Carta catarinense através de emenda de autoria do atual deputado federal, Carlito Merss (PT).

O deputado Joares Ponticelli (PPB) manifestou preocupação com a questão orçamentária já que, em sua avaliação, a proposta cria novas estruturas. "A reforma vai criar uma expectativa e para dar retorno irá precisar de orçamento. O que preocupa é o aumento de 17 secretarias de

Estado para 43", avaliou o parlamentar. O líder do governo, Herneus de Nadal, garantiu que não serão criadas novas estruturas e sim descentralizadas as já existentes.

Descentralização física e política

O líder do PT, Afrânio Boppré, destacou que não basta a descentralização física da administração, mas também a descentralização política e o envolvimento da sociedade na definição de políticas públicas. Cobrou manifestação do governador Luiz Henrique sobre a municipalização da Casan, da educação e a aplicação do Orçamento Regionalizado (OR). Luiz Henrique informou que as secretarias regionais

serão o instrumento para a operacionalização do orçamento. E que a municipalização, tanto do ensino quanto dos serviços prestados pela Casan, seriam operacionalizados através de uma comissão formada por servidores da empresa e pelos prefeitos interessados. "Não será uma decisão impositiva". Para o

administrativas, regionalizar o planejamento - o Orçamento Regionalizado é uma velha tese desta Casa - e conquistar o reequilíbrio sócio-econômico de Santa Catarina, tendo como objetivo final a qualidade de vida. Vamos mudar o foco de ação do governo", explicou. O Regiona-



Governador LHS

violência. Também citou a proposta de transferência da capital para o centro do estado. "Em 1989, a Assembleia Constituinte definiu que em 10 anos haveria a transferência para Curitiba. Mas, um movimento contrário resultou na aprovação de emenda constitucional que manteve Florianópolis como capital".

Os principais pontos da proposta original:

1. Cria 28 Secretarias Regionais de Desenvolvimento sediadas nas seguintes cidades:

Oeste: São Miguel do Oeste, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê

Meio-Oeste: Concórdia, Joaçaba, Campos Novos, Videira, Caçador, Curitibaanos

Planalto: Canoinhas, Mafra, Lages, São Joaquim

Alto Vale: Ituporanga, Rio do Sul, Ibirama

Norte: Jaraguá do Sul, Joinville

Vale do Itajaí: Blumenau, Brusque, Itajaí

Grande Florianópolis: São José

Sul: Laguna, Tubarão, Criciúma, Araranguá

2. Cria as secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão; de Infra-estrutura e de Organização do Lazer.

3. Cria as secretarias de Articulação Estadual, Nacional, Internacional e da Informação, vinculadas diretamente ao Gabinete do Governador.

4. Extingue as secretarias da Segurança Pública e da Justiça, criando a secretaria da Defesa do Cidadão.

5. Extingue as seguintes empresas de economia mista: Cohab, Codesc, Santur, Epagri, Cidasc e Ceasa, transformando-as em agências de desenvolvimento.

6. Cria o Departamento Estadual de Infra-estrutura, que absorveria o DER, o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas (DEOH) e o Departamento de Transportes e Terminais (Deter).

governador, a gestão municipal é mais eficaz. No caso da educação, servirá de instrumento para melhor remunerar os professores. Luiz Henrique sugeriu aos parlamentares que realizem análise dos altos salários pagos pela Casan, através do expediente das incorporações. "A empresa gerou distorções ao longo de décadas", comentou.

Declarando-se adepto da descentralização do Estado, o líder do PPB, Milton Sander, lembrou que ele (Sander) quando foi prefeito de Chapecó e o governador, como prefeito de Joinville, foram os primeiros no estado a defender o modelo descentralizado de administração através da implantação das intenções distritais, além de serem fundadores da Fecam, órgão que

representa os municípios catarinenses. Sander sugeriu que seja reconsiderado pela secretaria da Organização do Lazer, pasta que administrará os R\$ 106 milhões destinados ao Prodetur, o critério de pólo turístico consolidado para a distribuição de valores. Segundo ele, ao grande Oeste - de Campos Novos à fronteira - foi destinado apenas 4,6%. "Sem investimentos nunca chegaremos à posição de pólo turístico consolidado", reclamou. Sobre o Hospital Regional do Oeste (HRO), outro questionamento do parlamentar, o governador declarou que receberá recursos de forma a atender a comunidade da região. "Temos que acabar com a ambulancioterapia, mas será a comunidade que irá decidir a estrutura".

Debate em audiência pública

Scheila Dziedzic

A audiência pública sobre a reforma administrativa, produziu um entendimento comum entre os parlamentares e o procurador do Estado, Cláudio Zoch Moura, também membro da comissão de reestruturação da administração pública estadual. A proposta de extinção dos órgãos da administração indireta (Epagri, Cidasc, Santur, Ceasa, Codesc, Cohab) e Zona de Processamento e Exportação de Imbituba, transformando-os em agências de fomento, prevista no artigo 90, do Projeto de Lei nº 01/03, deverá ser apreciada posteriormente, através do envio de um projeto de lei complementar. "Não há como evoluir na extinção das empresas como Cidasc e Epagri. Essa proposição tem que vir por meio de lei específica, já com a definição da nova estrutura", defendeu o deputado Joares Ponticelli (PPB). O deputado Odacir Zonta (PPB), defendeu a supressão dos parágrafos 1º ao 7º, pois da forma que está cria um vácuo. "As agências seriam reguladoras e normatizadoras, mas a execução seria feita por terceiros e isso seria um caminho para privatizar".

Perdas salariais e regime jurídico dos servidores

As entidades representativas dos servidores públicos que manifestaram preocupação em relação a perdas salariais, transferências e mudança de regime de trabalho, receberam a garantia do procurador de que o regime jurídico será mantido. Os funcionários das empresas estatais continuarão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os demais pelo Estatuto do Servidor Público. As alterações administrativas também não resultarão em perda de vencimentos ou transferências dos servidores, assegurou.

Autorizada aquisição de imóvel pelo TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) recebeu autorização para aquisição de imóvel no qual está instalada atualmente a sede da Associação Catarinense dos Engenheiros (ACE), com a aprovação do Projeto de Lei nº 001.2/03, encaminhado pelo Executivo. O prédio, localizado em área contígua à sede do TCE, será comprado por R\$ 2,2 milhões.

Em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Heitor Sché (PFL), e de Trabalho e Serviços Públicos, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), os parlamentares ouviram do presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior, a defesa do projeto. Ribas reconheceu que o valor

pedido pela Associação está acima do estabelecido pelo mercado, e justificou a compra pela necessidade de ampliação das instalações da instituição. Argumentou que não há problema legal, jurídico nem moral no negócio. Temos a necessidade da ampliação e a forma que encontramos foi essa, que submetemos a uma decisão do Legislativo", concluiu.

O líder do PT, Afrânio Boppré, manifestou-se contrário em seu voto de vista, justificando que o imóvel foi avaliado em R\$ 980 mil, representando um ágio sobre o valor real de mercado de 137%. O líder do PMDB, João Henrique Blasi, disse que a solução encontrada se justifica, dada a singularidade do caso, por ser uma área incrustada no terreno do TCE. (SD)



Mesa dos trabalhos

Magistério prevê perda de lotação de 22 mil professores

A municipalização do ensino foi questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte). A secretária de assuntos educacionais da entidade, Ana Ribas, aponta que entre os problemas que a medida deverá provocar está a perda de lotação dos 22 mil professores estaduais. "Serão extinguidas escolas e esse pessoal poderá não ser absorvido pelas prefeituras". Ela aponta ainda, o excedente de pessoal, ocasionado por professores do ensino fundamental que não podem atuar no ensino médio por não atender as exigências do magistério, correndo o risco de exoneração ou de ficar em disponibilidade. "Há municípios que não têm sustentabilidade para atender a educação infantil e não terão estrutura para suportar o ensino fundamental. Essa estrutura não poderá ser construída a partir do repasse do Fundef, pois os recursos já vêm com a destinação definida", explicou Ana Ribas.

(fotos Gilmarco Borraluz)



Audiência pública bastante concorrida

MP de Amin altera Lei do ICMS

Medida provisória nº 108/02, de autoria do ex-governador Esperidião Amin, alterando dispositivos da Lei nº 10.297/96, que dispõe sobre ICMS e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, também está sob apreciação do Legislativo. A MP foi editada no dia 30 de dezembro de 2002. A urgência das alterações foi justificada por inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 114, de 2002, relativas à hipótese legal da incidência do imposto e pela necessidade de adequação da Lei Complementar nº 87/96 às disposições da Emenda Constitucional nº 33/01, que diz respeito especialmente à incidência do ICMS na importação de mercadorias ou bens do exterior do país.

O artigo 6º da MP permite determinar-se a base de cálculo do imposto devido pelo substituto tributário, com base no preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado.

Emenda - O presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), apresentou emenda ao projeto de conversão da Medida Provisória em lei, isentando empresas de pequeno e médio porte que vendem seus produtos no exterior do pagamento do tributo. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pediu vista da emenda para levá-la aos técnicos da secretaria da Fazenda. Ela volta a ser apreciada em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação no dia 20, às 10 horas. (DI)

Problemas sociais não serão resolvidos com a reforma

Mirela Maria Vieira

Relator dos Projetos de Lei Complementar 001 e 002, referentes à reengenharia da estrutura administrativa do Executivo, o deputado Afrânio Boppré (PT), embora avalie positivamente a maioria das mudanças, considera que há um erro de diagnóstico, "o que torna equivocada a prognose". A exposição de motivos elaborada pela Comissão de Reestruturação da Administração Pública Estadual, afirma que a reforma tem objetivo econômico-social, relacionando o combate à "litoralização", ao êxodo rural, à deformação das cidades litorâneas, e uma distribuição mais harmônica e equilibrada da população catarinense como resultados diretos da reforma.

Na entrevista concedida ao *AL Notícias* no dia 16, quatro dias antes da apresentação do parecer final na reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviços Públicos, Boppré falou sobre as emendas encaminhadas pelos parlamentares e bancadas, seus questionamentos mais freqüentes, e as modificações que devem ser feitas para que o Legislativo aprove a reforma que o Executivo deseja.

AL Notícias – Quantas emendas foram encaminhadas e quais as que têm efetiva condição de ser acatadas em seu parecer final?

Afrânio Boppré – No total, recebemos 96 emendas ao PLC 001 e 25 ao PLC 002, este último relativo à criação do Departamento Estadual de Infra-Estrutura (Deinfra). Com a ajuda da equipe de técnicos composta por pessoas indicadas por cada uma das lideranças, até segunda-feira (20) estarei com o parecer pronto. Uma grande parte das emendas refere-se à definição dos municípios-sede que abrigarão as secretarias regionais. Resolvi que nenhuma delas será acolhida. Vou suprimir através de emenda de minha autoria a definição contida no projeto original. Como se trata de secretarias, integram a estrutura de governo, do Estado. Vou propor que fique para normatização definida pelo Chefe do Poder Executivo. Acho que seria muito invasivo, por parte do



Legislativo, querer definir isto. Simultaneamente, vou propor também a redução do total de 28 secretarias regionais para 21, obedecendo a divisão microregional oficial do Estado. Outra emenda, de autoria da bancada do PPB, também constará do meu parecer, determinando que o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) vai operar a conta única do Estado. No projeto, o governo diz apenas que bancos da rede oficial vão operar a conta única. Como o Besc vai continuar público, vai precisar desta conta. As emendas que propõem a nova nomenclatura das secretarias centrais ficam de fora. A fusão das secretarias de Articulação Nacional e Internacional também são alvo de emenda de minha autoria. As prerrogativas das duas são muito semelhantes, não há porque ter duas estruturas. Outras duas emendas, de autoria dos deputados Romildo Titon (PMDB) e Reno Caramori (PPB), que referem-se ao projeto que cria o Deinfra, eu vejo com simpatia. Referem-se à manutenção do Deter (Departamento de Transportes e Terminais) fora da nova estrutura.

AL Notícias – A transformação das empresas de economia mista em agências de fomento será suprimida?

Boppré – Sim. Isto foi consenso, resultado da au-

diência pública que realizamos no dia 8. A maioria dos deputados considera que isso não pode ser feito agora, desta forma.

AL Notícias – Num primeiro momento o senhor manifestou preocupação com a possibilidade do conflito de competência entre as secretarias regionais e as centrais. Ainda teme isso?

Boppré – Vamos estar atentos a esta probabilidade e fiscalizando a operacionalização desta descentralização. Mas, além disso, a maior preocupação é com a concentração do poder de determinação. O artigo 45 define as atribuições das secretarias centrais. Elas serão responsáveis pelo apoio

às regionais na execução de atividades e ações. Mais: vão formular, elaborar, coordenar, acompanhar, avaliar e, aqui está o indício da concentração, controlar a execução das políticas e dos planos de desenvolvimento regional. Portanto, o temor tanto do conflito de competências quanto da concentração, ao contrário do que prega o governo no projeto, permanece.

AL Notícias – Outros dois artigos polêmicos (102 e 103, do PLC 001), referem-se a remanejamento orçamentário entre os órgãos vinculados ao Executivo e abertura de crédito de R\$ 50 milhões para as regionais. Qual a saída?

Boppré – Estou tentando encontrar uma fórmula intermediária que não engesse o Executivo, mas que também não se transforme numa procuração em branco. Reconhecemos que o Executivo tem que ter autonomia, mas a Assembléia tem que continuar sendo o mecanismo de autorização com relação ao orçamento.

AL Notícias – Não haverá aumento dos gastos com pessoal, como argumenta o Executivo?

Boppré – A bancada do PPB, em suas considerações preliminares ao pacote de emendas que remeteu, coloca isso em termos muito claros. A criação de 28 secretarias significa que 28 cargos de secretário serão criados, assim como os referentes aos seus adjuntos. Não há de onde remanejar estes cargos. O consultor jurídico (um dos 14 cargos comissionados das regionais), por exemplo, pode ser resultado de remanejamento. Basta mudar a nomenclatura de um cargo, de assessor de informática para consultor jurídico. Estamos falando de cargos e não de pessoas.

AL Notícias – Os 84 cargos comissionados colocados como reserva técnica permanecem?

Boppré – Não no meu parecer. Como pretendo reduzir para 21 as regionais, haverá sobra de cargos em comissão. Portanto, não é necessário ter a tal reserva técnica.

AL Notícias – A proposta de reestruturação é válida?

Boppré – Está equivocada no diagnóstico e na prognose. A litoralização, o caos em que estão se transformando os aglomerados urbanos, o êxodo rural, não são resultantes de uma anomalia do Executivo e portanto, não vão ser resolvidos com uma reforma administrativa. O diagnóstico desconsidera que isto é resultado da dinâmica social e econômica. Agora, é válida – caso efetivamente seja operacionalizada a descentralização – no sentido de levar os serviços do Estado a todo o território catarinense. Mas, não vai mudar a dinâmica social e econômica que provoca os problemas relacionados.

VIA BRASÍLIA

Refinaria e Gás Natural

Uma comitiva liderada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, da qual participaram a deputada e senadora eleita Ideli Salvatti, os deputados Volnei Morastoni, ambos do PT, Manoel Motta (PMDB), Joares Ponticelli (PPB), esteve no último dia 10 em Brasília. Os políticos catarinenses se reuniram com a nova diretoria da Petrobrás para colocar Santa Catarina na disputa com Rio de Janeiro e Espírito Santo, pela nova refinaria de petróleo que a estatal construirá este ano, além da reativação da UN-Sul, localizada em Itajaí e fechada no final de 2002.

Quanto ao preço do gás natural em Santa Catarina, o mais caro do País, empresários e políticos reúnem-se no dia 17, em Florianópolis, com a ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef, que vem ao estado para a posse do presidente do PT, Milton Mendes, na Eletrosul, para tentar resolver a questão.

BR-101

Depois de muitos sobressaltos - e de várias reuniões em Brasília envolvendo a comitiva catarinense - as obras de duplicação da BR 101 poderão sair ainda este ano. O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, con-

firou, assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a BR 101 será prioridade do governo.

Mesmo assim, a única data confirmada com referência à BR-101 é o próximo dia 20, quando o ministro vem a Santa Catarina para avaliar pessoalmente as condições da estrada, do trecho que vai de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul. O deputado Manoel Mota (PMDB), um dos principais articuladores da comissão Pró-Duplicação afirmou estar otimista. "Toda a luta valeu a pena. O processo de licitação pode recomeçar ainda em março, segundo o ministro", afirmou Mota. (TK)

AL COMUNIDADE ESPECIAL

Cidadania com a graça de Deus

Tatiana Kinoshita
Questionado sobre o motivo que o levou a morar no morro Mont Serrat em Florianópolis, o padre Vilson Gron sequer pensa para responder. "Seguir a opção de Jesus Cristo e trabalhar pelo bem comum dos menos favorecidos". Para colocar em prática as projetos nos quais ele regularmente acreditava, era necessário estar muito próximo às comunidades carentes, vivenciar os seus problemas de perto e assim encontrar as soluções mais viáveis.

Por isso, há 19 anos, padre Vilson mora e trabalha no Mont Serrat, onde, além de desenvolver vários trabalhos sociais, chegou a construir uma igreja e o Centro Cultural Escrava Anastácia, em sistema de mutirão.

Seu trabalho é árduo. Inicia-se às 7 horas e só termina por volta das 23. Nesse período o padre Vilson reza missa, faz batismo, participa de reuniões em todas as oito comunidades que têm projetos seus e ainda corre atrás de patrocínio.

Ao todo são 28 projetos diferentes que vão de reciclagem de lixo à aulas de teatro, música, pintura e outras atividades artísticas que, segundo ele, visam a ampliação dos horizontes das mais de 400



Crianças moradoras do Mont Serrat

crianças e adolescentes que participam das atividades nos morros da cidade. "A iniciação a cidadania começa ainda na infância. As crianças aprendem a sentir orgulho de si mesmas, independente de sua condição social e cor da pele. Na verdade elas aprendem que podem realizar os seus sonhos", disse.

O Centro Cultural Escrava Anastácia é um dos orgulhos da comunidade do Mont

Serrat. Para frequentar o local, crianças e adolescentes precisam, antes de mais nada, estar na escola e manter boas notas. Uma equipe de educadores profissionais, patrocinada pela congregação católica dos Irmãos Maristas, põe em prática um projeto pedagógico que visa despertar nas 165 crianças que frequentam o Centro, seus talentos pessoais.

Essa moçadinha desenvolve vários projetos no Centro,

Principais projetos do Padre Vilson

- **Morro do Mocotó** - Associação das Crianças do Morro do Mocotó. Atende a 200 crianças que têm aulas de teatro, pintura e música
- **Morros do Continente** - Centro de Educação Evangelização Popular - Oficinas do Saber. Atende a 200 crianças que também têm aulas de arte. O projeto é financiado pelo Colégio Coração de Jesus.
- **Magistério Popular** - ao todo 600 jovens já passaram por este projeto que coloca em prática programas de reciclagem de lixo, por exemplo. Cerca de 80% dos jovens que passaram pelo programa, ingressaram no mercado de trabalho.
- **Pré-vestibular** - 200 jovens frequentam este cursinho comunitário nos morros do Continente da Capital. Ao todo 150 jovens conseguiram ingressar na universidade.

como por exemplo a não degradação do meio ambiente. Depois saem pelas ruelas do morro para interagir com a comunidade. É possível ver vários cartazes nos postes do Mont Serrat para não jogar lixo pelas calçadas, por exemplo.

Além das aulas, padre Vilson dá palestras sobre sexo seguro, mesmo com a Igreja Católica sendo contra o uso da camisinha. "Com essa epidemia, prefiro proteger a comunidade. Tenho algumas divergências com a Igreja, mas ela não se opõe ao meu trabalho", afirmou o padre que, entre outras divergências, defende o celibato como uma opção de cada um.

Com todo este trabalho, padre Vilson conquistou o respei-

to e a confiança das comunidades carentes com as quais trabalha. Para o ajudante geral Mário José da Silva, morador do Mont Serrat, o papel do padre se tornou fundamental. "Minhas filhas passam as tardes no Centro e aprendem muito mais do que apenas pintar, elas aprendem a serem humanas", disse.

A empregada doméstica Maria Aparecida Rodrigues, moradora do Morro do Mocotó, também elogia o padre. "Ele conseguiu o respeito de todo morro e acho que todos os padres deveriam agir como. Tenho três filhos que fazem aulas de teatro e eles dizem a toda hora que querem ser atores profissionais", contou.

(foto Solon Soares)



Padre Vilson apresenta trabalhos

Política para todos

Respeito do novo quadro político brasileiro, padre Vilson se mostra esperançoso. "No caso de Santa Catarina, principalmente no que diz respeito ao legislativo, espero que os deputados eleitos cumpram sua função e construam leis que abranjam o coletivo", comentou. "Precisamos de leis urgentes para a questão da regularização e urbanização das áreas de favela em todo estado. Não existe ainda este tipo de lei porque os deputados não conhecem nossa realidade", completou.

Quanto ao governo federal, padre Vilson espera que o novo governo coloque em prática todo seu programa de geração de empregos, projetos de reforma agrária e, principalmente, fiscalizar os orçamentos dos estados e verificar quanto do dinheiro está sendo aplicado em políticas públicas.

A população dos morros de Florianópolis contabilizam 30 mil pessoas, sendo 10 mil delas crianças entre sete e 12 anos. "Temos o problema do estado paralelo, que está cada vez mais fortalecido graças a falta de políticas públicas. A comunidade dos morros é excluída nos aspectos social, econômico, cultural e político e toda a sociedade precisa reverter este quadro enquanto ainda é possível", argumenta.



"A iniciação a cidadania começa ainda na infância. As crianças aprendem a sentir orgulho de si mesmas, independente de sua condição social e cor da pele. Na verdade elas aprendem que podem realizar os seus sonhos"

Vilson Gron